

sumário

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Prefácio</i>	9
<i>Apresentação</i>	13
<i>Introdução</i>	19

capítulo I

O reconhecimento da eficácia dos direitos fundamentais

1. Breve esboço histórico dos direitos humanos	25
2. O sistema ético de referência dos direitos humanos.....	32
3. A institucionalização dos direitos humanos	36
4. Natureza jurídica e alcance dos direitos fundamentais.....	40
5. Características relevantes para a tutela dos direitos fundamentais	43
6. A internacionalização dos direitos fundamentais: um sistema aberto e em constante renovação	45
7. A exigência democrática de igualdade substancial.....	49
8. A morfologia dos direitos fundamentais sociais	52
9. A satisfação espontânea dos direitos fundamentais sociais pelo Estado: as políticas públicas	56
10. Abordagem sistêmica da eficácia dos direitos fundamentais sociais	59

capítulo || II

Crise entre as formas de expressão do poder estatal: o papel do Poder Judiciário na efetivação dos direitos fundamentais sociais

1. A teoria da separação dos poderes em Montesquieu.....	65
2. Reflexos da transição do Estado liberal para o Estado social na teoria da separação dos poderes.....	70
3. O exercício do controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário: o início da discussão sobre a “judicialização da política”	73
4. A constitucionalização dos programas de ação do Estado...	78
5. Lesão causada aos direitos fundamentais sociais pelas omissões do Estado	82
6. Alcance do art. 2º da Constituição Federal de 1988.....	84
7. O papel do Poder Judiciário na efetivação dos direitos fundamentais sociais.....	89
7.1. A adoção do sistema ético de referência como pressuposto de atuação do Poder Judiciário	89
7.2. Âmbito de atuação do Poder Judiciário no caso de lesão aos direitos fundamentais sociais.....	91
7.3. Impossibilidade de invocação do princípio da separação dos poderes para a não efetivação dos direitos fundamentais sociais.....	94
7.4. A independência do Poder Judiciário e seus reflexos	96
7.5. A legitimidade democrática dos juízes para a efetivação dos direitos fundamentais sociais	99
7.6. Crítica à teoria da “reserva do possível”: o orçamento como instrumento para a realização do Estado social ..	101
7.6.1. A economia estatal e o alcance da independência do Poder Judiciário	101
7.6.2. Necessidade de interferência imediata no orçamento: as tutelas de urgência	104

7.6.3. O orçamento como instrumento para a consecução dos objetivos do Estado	105
7.7. O perigo da autoneutralização institucional do Poder Judiciário	111
7.8. Os desafios do Poder Judiciário no século XXI	114

capítulo || III

Âmbito de cognição das políticas públicas no processo coletivo

1. Crise metodológica e desconsideração dos direitos fundamentais sociais como objeto de tutela no processo coletivo..	123
2. Análise do princípio da inafastabilidade sob a ótica dos direitos fundamentais	132
3. O processo coletivo como instrumento adequado para a efetivação dos direitos fundamentais.....	140
4. Peculiaridade dos direitos fundamentais sociais enquanto direitos difusos	143
5. Âmbito de cognição das políticas públicas pelo Poder Judiciário.....	147
5.1. Considerações preliminares sobre a análise das políticas públicas em duas fases processuais distintas	147
5.2. Os direitos fundamentais como objeto do processo coletivo	150
5.3. O âmbito de cognição das políticas públicas.....	155
5.4. Características distintivas do provimento jurisdicional..	159
5.5. O princípio da proporcionalidade: critério limitador da intervenção judicial em políticas públicas e instrumento processual ético para a efetivação dos direitos fundamentais.....	161
<i>Conclusões</i>	169
<i>Referências</i>	175